

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.065 - SC (2019/0337544-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : ROSÂNGELA APARECIDA DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : ALEXANDRE FERNANDES SOUZA E OUTRO(S) - SC011851  
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE TUBARÃO  
PROCURADOR : MARLON COLLAÇO PEREIRA E OUTRO(S) - SC019062

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC. CONCESSÃO DO TEMPO MÍNIMO DA CARGA HORÁRIA PARA O CUMPRIMENTO DA JORNADA EXTRACLASSE. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO AO LABOR EXECUTADO FORA DO TEMPO DESTINADO ÀS ATIVIDADES EM SALA DE AULA. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL DA SERVIDORA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por ROSÂNGELA APARECIDA DE OLIVEIRA, com base na alínea *a*, inciso III do art. 105 da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do TJSC, assim ementado:

*ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO. OBSERVÂNCIA DO § 4º DO ART. 2º DA LEI 11.738/2008. ATIVIDADES EM SALA DE AULA LIMITADAS EM DOIS TERÇOS DA CARGA HORÁRIA. MATÉRIA APRECIADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE SODALÍCIO. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA REALIZAÇÃO DESTAS. ÔNUS QUE CABE À AUTORA, NOS MOLDES DO ART. 373, I, DO CPC/2015. IMPROCEDÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. EXEGESE DO ART. 86, CAPUT, C/C ART. 85, § 8º, AMBOS DO CPC/2015. OBSERVÂNCIA DA LEI ESTADUAL N. 17.654/2018 E DO ART. 98, § 3º., DA LEI 13.105/2015 QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS E À GRATUIDADE DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (fls. 440).*

2. Em seu Apelo Especial, sustenta a parte recorrente violação dos arts. 1.022, II, 374, II, III do CPC, 93, IX da CF, ao argumento de que o TJSC atribuiu o ônus da prova à recorrente, quando na verdade inexistia a necessidade de tal providência, em face da confissão e do fato controverso.

3. É o relatório.

4. Inicialmente, verifica-se que a anunciada violação do art. 1.022, II do CPC não ocorreu, tendo em vista o fato de que a lide foi resolvida nos limites necessários e com a devida fundamentação, não estando o Juiz obrigado a responder a todos os questionamentos feitos pelas partes.

5. O Tribunal de origem assim consignou:

*No caderno processual não há prova alguma de que a professora realizou jornada de trabalho maior do que o teto contido no § 4o. do art. 2o. da Lei 11.738/2008. A autora poderia ter juntado cartão ponto ou registro de entrada e saída do respectivo local de trabalho. Todavia, preferiu apenas alegar genericamente a existência de labor extraordinário, sem ao menos colacionar um indício de prova.*

*Em consequência, o pleito de pagamento de horas extras não pode prosperar (fls. 449).*

6. Sendo assim, tendo o acórdão recorrido declarado expressamente, com base nos elementos constantes dos autos, que não restou comprovado o direito pleiteado, é de ser mantida a conclusão, porquanto o revolvimento dessa matéria no âmbito da recorribilidade extraordinária demandaria a análise de fatos e provas, conforme o óbice da Súmula 7 desta egrégia Corte.

7. Ademais, a apreciação de dispositivos constitucionais não é possível em Recurso Especial, porquanto, nos termos do disposto no art. 102 da CF, compete ao STF (AgRg no REsp. 1.543.346/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Dje 30.9.2015).

8. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial da Servidora.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLÊÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR